

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO
DAS
METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE DE 2017

1. DO RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal de Três Coroas, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em audiência pública junto à Câmara Municipal de Vereadores, **TORNA PÚBLICO** o Relatório e os Demonstrativos do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 3º Quadrimestre do exercício de 2017, conforme segue:

Cabe aqui ressaltar que os relatórios da LRF foram publicados no prazo estabelecido em jornal local, no site da Prefeitura e no Mural de Publicações Oficiais, localizado no Saguão do Andar Superior da Prefeitura.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 PODER EXECUTIVO (EXCLUÍDO O REGIME DE PREVIDÊNCIA)

2.1.1 RECEITA

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 60.412.591,83, para uma previsão anual de R\$ 66.139.449,76, representando 91,34% do previsto. Houve uma frustração de arrecadação de R\$ 5.726.857,93 (8,64%).

Em 2016 a receita realizada foi de R\$ 61.634.544,88, ou seja, houve uma queda na arrecadação de R\$ 1.221.953,05 (1,98%).

Através do quadro abaixo, podemos visualizar a execução da Receita durante o exercício de 2017, excluída a receita do Regime de Previdência.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	72.904.162,76	67.248.134,80	92,24%
Receita Tributária	7.382.000,00	6.941.602,91	94,03%
Receita de Contribuições	800.000,00	689.928,60	86,24%
Receita Patrimonial	643.600,00	338.290,20	52,56%
Receita de Serviços	1.338.700,00	1.298.352,16	96,99%
Transferências Correntes	61.877.562,76	56.996.600,14	92,11%
Outras Receitas Correntes	862.300,00	983.360,79	114,04%
Receitas Correntes Intra Orçamentárias	0,00	0,00	0,00%
RECEITAS DE CAPITAL	242.900,00	495.087,95	203,82%
Alienação de Bens	180.000,00	0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	28.500,00	2.899,11	10,17%
Transferências de Capital	0,00	443.288,77	
Outras receitas de capital	34.400,00	48.900,07	142,15%
TOTAL	73.147.062,76	67.743.222,75	
(-) Dedução para o FUNDEB	7.007.613,00	6.600.864,84	94,20%
(-) Outras Deduções da Receita	0,00	729.766,08	-
TOTAL	66.139.449,76	60.412.591,83	91,34%

2.1.2 DESPESA

A despesa realizada, não considerando o Poder Legislativo e o Regime de Previdência, totalizou, no período, a importância de R\$ 60.300.339,14, que corresponde a 90,21% da dotação atualizada.

Destaca-se que a parcela mais significativa destas despesas é financiada com recursos próprios, do Tesouro Municipal, representando ações de caráter continuado e permanente da atividade governamental.

Além destas, temos as despesas financiadas através de recursos vinculados, cuja execução está condicionada à realização dessas receitas. Como exemplos, podemos citar os convênios e as operações de crédito.

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	64.306.588,81	59.051.285,78	97,93%
Pessoal e Encargos Sociais	33.567.850,00	32.327.684,82	53,61%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	30.738.738,81	26.723.600,96	44,32%
DESPESAS DE CAPITAL	2.519.897,71	1.249.053,36	2,07%
Investimentos	2.519.897,71	1.249.053,36	2,07%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00%
Res. Contingência	10.947,32	0,00	0,00%
TOTAL	66.837.433,84	60.300.339,14	100,00%

2.1.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO PODER EXECUTIVO

Confrontando a receita realizada no exercício, que totalizou R\$ 60.412.591,83 com a despesa liquidada, R\$ \$ 60.300.339,14, temos um superávit orçamentário de R\$ 112.252,69.

Entretanto se a comparação for com a despesa empenhada, que foi R\$ 60.553.527,00, teremos um déficit de R\$ 140.935,17.

2.2 PODER LEGISLATIVO

2.2.1 DESPESA

A despesa realizada pelo Poder Legislativo totalizou, no período, a importância de R\$ 570.381,37, que corresponde a 70,28% da dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	665.500,00	569.995,47	99,93%
Pessoal e Encargos Sociais	595.500,00	541.206,14	94,88%
Outras Despesas Correntes	70.000,00	28.789,33	5,43%
DESPESAS DE CAPITAL	146.000,00	385,90	0,07%
Investimentos	146.000,00	385,90	0,07%
TOTAL	811.500,00	570.381,37	100,00%

2.2.2 LIMITE DE GASTOS TOTAIS

Os limites de gastos totais do Poder Legislativo estão fixados no artigo 29-A da Constituição Federal e no artigo 59 da LC 101/2000.

De acordo com a Constituição Federal, a despesa total da Câmara Municipal de Três Coroas poderia ser até 7% da Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior, que totalizou R\$ 44.008.884,67. Ou seja, o limite máximo seria R\$ 3.080.621,93, com um duodécimo de R\$ 256.718,49.

Comparando com a despesa liquidada, houve uma economia de R\$ 2.510.240,55 em favor dos cofres municipais.

2.3 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

2.3.1 RECEITA

A receita total realizada, no exercício, foi de R\$ 11.003.183,81, para uma previsão de R\$ 12.682.600,00. A previsão inicial foi superada em 86,76%.

2.3.2 DESPESA

A despesa realizada pelo Regime de Previdência, totalizou, no período, a importância de R\$ 4.407.228,98, que corresponde a 34,75% de sua dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	4.730.000,00	4.407.228,98	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	4.570.000,00	4.313.855,99	97,88%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	160.000,00	93.372,99	2,12%
Res. RPPS + Res. Contingência	7.952.600,00	0,00	0,00%
TOTAL	12.682.600,00	4.407.228,98	100,00%

2.3.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Do confronto entre receita e despesa do Regime de Previdência verifica-se um superávit de R\$ 6.595.954,83.

3 DO ATENDIMENTO AOS LIMITES FIXADOS

3.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, efetuadas as deduções previstas na legislação.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores.

A Receita Corrente Líquida serve de base para o cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados através do relatório de Gestão Fiscal.

O valor da RCL apurado no mês de DEZEMBRO/2017 é de R\$ 65.352.603,69.

3.2 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Executivo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 32.038.286,56, valor este que corresponde a 49,02% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se que o Município respeitou os limites previstos em Lei:

- Limite Máximo: 54%
- Limite Prudencial: 51,3%



3.3 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Legislativo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 541.206,14, valor este que corresponde a 0,81% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se o cumprimento do limite fixado em Lei.

3.4 LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO -

No que se refere ao cumprimento dos limites, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, inciso II, nos termos da Lei Complementar 101/2000, estabelece que o montante da Dívida Consolidada não deve ultrapassar a 120% da Receita Corrente Líquida.

O Município não possui valores inscritos na Dívida Consolidada.

3.5 LIMITE DE COMPROMETIMENTO COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS

O Município não teve despesas com amortização, juros e encargos da Dívida.

O limite estabelecido no art. 7, § II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 11,50%.

3.6 LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Não foi realizada nenhuma operação de crédito no exercício de 2017.

O limite estabelecido no art. 7, § I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 16%.

3.7 APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

No que diz respeito à saúde, o mínimo previsto é de 15% e houve a aplicação de 33,01% durante o exercício. Já em educação o limite mínimo é de 25% e foram aplicados 30,46%, no mesmo período.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que, a exemplo do que já havia sido verificado nos quadrimestres anteriores, houve uma frustração de receita de 8,64%. Isso se deve, principalmente a não realização de receitas oriundas de transferências da União e do Estado. As receitas arrecadadas diretamente no Município tiveram o comportamento esperado.

Além disso, a receita realizada em 2017 foi inferior a de 2016.

Houve ainda uma redução de aproximadamente R\$ 800.000,00 nos gastos com pessoal no ano de 2017, se comparado com 2016. Representa uma economia mensal de R\$ 66.000,00.

Cabe ainda ressaltar que o Município aplicou 33,01% da receita proveniente de impostos em Ações e Serviços Públicos de Saúde, quando o mínimo constitucional é 15%. Isso ocorre devido a diversos fatores, dentre eles podemos citar o aumento da demanda sem o correspondente crescimento da receita e os atrasos nos repasses de recursos destinados à saúde pelo Estado, o que obriga o Município a lançar mão de recursos próprios.

PREFEITO: ORLANDO TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA: RENATO MATE G. BRAGA

CONTADOR: JUARÊS LUÍS DA SILVA

Três Coroas, 26 de fevereiro de 2018.